

FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

ROCHA MARTINS

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440 - C.

O verdadeiro responsavel do indulto do Leandro

Uma historia que não é velha — Como se deu
o indulto — O presidente Arriaga e os seus
ministros — Promessas, compromissos e certe-
zas — O dr. Bernardino Machado e o assassino
do tenente Soares

Exactamente quando mais ao facto estou da questão do Leandro e da sua anistia, embrenham-se os jornais do meu partido numa discussão, com o *Mundo* e outros periodicos defensores do regimen, ácerca da origem do indulto do famigerado criminoso. Passo a deduzir.

Leandro Gonzalez Blasques de precedentes pessimos, de ganhão sem escrupulos — principiara, quasi na infancia, a misturar pó de tijolo no colorau e tornado milionario deixou o seu pátricio humilde incendiar o predio da rua da Magdalena — deveu exclusivamente ao sr. Bernardino Machado a redução da sua pena. Este homem de estado, gostava imenso do dr. Alexandre Braga, advogado do Leandro, mas não era este sentimento o unico que o movia no passo da salvação do bandido. A sua diplomacia de concessões tem-nos sido, mais duma vez, prejudicial.

A campanha do causidico a favor do seu constituinte fôra tão relumbante que se apresentara até uma grande parte da imprensa interessada pecuniariamente nas defesas do argentario e quando a republica chegou fizeram-se logo tentativas para se conseguir o que na monarquia tão difficil se tornara. O reu Antonio Fernandez, peitado, passando maus tratos do destino, sem ter que comer na cadeia, além do mau rancho, acabara por negar as suas primeiras declarações, naturalmente aguardando do Leandro um auxilio. A justiça, porém, encarara o caso dêste modo e não se resolvera a preocupar-se com o mandante do crime.

Ao começo houve dificuldades. O regimen não queria arcar com a colera do povo tão indignado ainda, tão cheio de repulsa pelo miseravel que foi preciso depois leva-lo para a fronteira em segredo e, apesar de tudo, ia ficando em Portugal à custa de duas balas contra êle despejadas por um individuo que desejou fazer uma sumaria justiça.

Em Hespanha havia altas personalidades que se interessavam por Leandro, diversos deputados que faziam da declaração do reu Fernandez bases para aquele perdão? Falava-se em Rodrigo Soriano, que tanto defendera no parlamento a joven republica e espionara os movimentos dos monarchicos, mas é certo que tambem se fálara no proprio rei. Duvido duma e doutra intervenção apesar do sr. dr. Manuel de Arriaga ser asoinado constantemente pelo nome da magestade católica, pela bôca do ministro da justiça dr. Manuel Monteiro que fazia parte do gabinete Bernardino Machado.

«Um dia foi versado êste assunto por alguns dos ministros (não nos lembra qual foi o primeiro), asseverando-se, então, que quem se interessava pelo indulto do Leandro era o rei de Hespanha e o seu governo porque estavam convencidos da sua innocencia em vista das declarações posteriores do outro reu».

Assim o escreveu o proprio presidente Arriaga, no seu livro *Na Primeira Presidencia da Republica*, a pag. 59.

Mas o caso vinha de mais longe. Talvez do tempo do governo provisorio quando lôra preciso captar as simpatias do país visinho e se enveredara por uma politica de rebaixamento deante do marquez de Vilalobar a quem se fazia toda a especie de venias. E é tão certo vir de longe o compromisso, quando era ministro dos estrangeiros o sr. dr. Bernardino Machado, que na *Lucta* de 18 de março de 1915, o dr. Brito Camacho, dando grandissima importancia ao assunto, ao narrar a saída do sr. José Relvas de Madrid e a nomeação do sr. dr. Augusto de Vasconcelos para o cargo diplomatico que êle deixava vago, declarou:

«Porque sabiamos estar na forja o indulto de Leandro, solicitado com muita instancia, pedimos ao dr. Augusto de Vasconcelos, nosso correligionario, que ao Directorio do Partido dêsse a segurança de que abandonaria a Legação, assim que o decreto do indulto apparecesse no Diario do Governo, se não o podesse fazer antes sob informação de que êle ia ser publicado.

Quando o sr. Bernardino Machado nos disse pelo telefone, ai por volta das 2 horas da noite de 4 de outubro QUE O GOVERNO PENSARA EM INDULTAR O LEANDRO NO DIA SEGUINTE, nós dissemos-lhe que isso seria uma degradante comemoração do acto revolucionario e informamo-lo do compromisso que o dr. Augusto de Vasconcelos tomara.

O Leandro não foi indultado nessa ocasião e vindo daí a pouco a Lisboa o sr. Augusto de Vasconcelos, por êle soubemos qual era o verdadeiro estado da questão. O GOVERNO COMPROMETEU-SE A INDULTAR O LEANDRO, COMPROMISSO FORMAL E CATEGORICO, conforme na sua nota, outro dia, disse o sr. ministro de Hespanha».

Porque razão é que tendo ocupado a pasta dos estrangeiros, neste

intervalo, pelo menos dois ministros, só ao dr. Bernardino Machado coube semelhante situação? Porque no governo provisório transigira, dera a entender, achara até os argumentos para a insistência do representante hespanhol? Há é difícil penetrar mas deve constatar-se o seguinte. Desde 3 de setembro de 1911 a 10 de fevereiro de 1914 foram ministros dos estrangeiros os srs. Augusto de Vasconcelos e Antonio Caetano Macieira. O primeiro não concedeu o indulto; o segundo tão pouco. Mas subiu o ministerio Bernardino Machado e logo se estabeleceu a corrente favorável ao Leandro nas bancadas do poder.

«Essa medida de clemencia por duas vezes esteve para ser concedida. Da primeira vez era ministro da justiça, o actual presidente do congresso da republica dr. Manuel Monteiro».

«O sr. dr. Bernardino Machado com o comprehensivel desejo de evitar que a concessão do indulto pudesse determinar qualquer movimento de opinião contraria, entendeu conveniente pôr os chefes do partido ao corrente do que se ia fazer. Dois houve e são esses os que guardam sobre o caso um prudente silencio, que manifestaram a sua absoluta opposição — o sr. Brito Camacho e o sr. Machado Santos, que como é notorio, me honram ambos com a sua especial embirração».

Quem faz estas revelações. O DR. ALEXANDRE BRAGA, ADVOGADO DO LEANDRO, numa entrevista inserta no Seculo em 21 de março de 1915.

Não ha, pois, duvidas algumas de ter partido daquele politico, todo de promessas e transigencias, de agrados e venias, esse formidabilissimo delicto, a libertação do vil criminoso.

Perguntar-me-hão agora porque não concedeu êle o indulto enquanto governou?

Pela razão simples que explicou numa conferencia feita em 18 de março de 1915, no Centro de Alcantara.

Depois de se ter comprovado, com os anteriores trechos, ter partido dele o compromisso, o que se acentua ante os testemunhos dos proprios sr. dr. Camacho e Alexandre Braga, acima transcritos, alguém do povo que assistia áquella palestra interpelou o orador ácerca da sua benevolencia para com o negregado assassino. O *Diario de Noticias* inseriu a resposta do diplomata que formalmente se empenhara com a Hespanha nesse indulto agradavel para os nossos vizinhos, para o dr. Alexandre Braga e para o assassino milionario.

«Como sabia de antemão, a repugnancia com que na opinião republicana seria recebido esse indulto, declarou ao sr. ministro de Hespanha que tal indulto não se podia dar e não se daria».

Hesitou depois de prometer. Depois de mergulhar no caso, quiz deixar a hediondez do acto ao sucessor ficando êle, secretamente, o autor do perdão, a personagem à qual os interessados se confessariam agradecidos.

Quem lhe sucedeu? O gabinete Victor Hugo de que era ministro do

interior o sr. dr. Alexandre Braga e dos estrangeiros o sr. dr. Augusto Soares, incapaz de servir o seu grande amigo na mercê almejada. E tanto receio tinha o sr. dr. Manuel de Arriaga de semelhante graça a conceder, que conforme confessa no seu livro exigia o seguinte:

«Quando se indicou o nome do seu famoso advogado para ministro da republica dissemos logo que o aceitaríamos com a condição expressa de não se tratar da questão de Leandro como nunca se tratou».

A Hespanha, porém, é que tinha o compromisso formal do governo Bernardino Machado e não desistia de arrancar o seu subdito opulento e criminosissimo, aos carcereos portugueses e insistia. Tinha a promessa plena do ministro dos estrangeiros do gabinete Bernardino Machado, sr. Alfredo Augusto Freire de Andrade e não perdoava a palavra dada. Mais; tomava como um agravo a falta à solene afirmativa da concessão do indulto.

Aquele politico, serenamente, declarou não ter «sido mais que o executor do compromisso do seu presidente do conselho».

Esclarecidas deste modo as cousas, resta a ultima prova, a nota officiosa do governo Pimenta de Castro, nascida do desejo de não ter, diante do país indignado, a responsabilidade do acto infecto que — como já sobejamente demonstrei — pertencia ao chefe do ministerio dr. Bernardino Machado:

«Ao governo foi feito pelo ministro de Hespanha, em carta de 12 do corrente mez, o pedido de comutação da pena, para um subdito deste país. Nesse pedido, para cuja satisfação se invocou fundamentos de boas relações de amizade entre os dois países, AVIVA-SE O COMPROMISSO FORMAL E CATEGORICO A TAL RESPEITO TOMADO PELO SR. DR. BERNARDINO MACHADO, COMO PRESIDENTE DO MINISTERIO E MINISTRO DO INTERIOR, EM MAIO DE 1914, E QUE O GOVERNO SABE TER SIDO RATIFICADO EM 9 DE JUNHO DO MESMO ANO, PELO ENTÃO MINISTRO DOS ESTRANGEIROS, SR. FREIRE DE ANDRADE, EM DESPACHO DIRIGIDO AO NOSSO ENCARREGADO DE NEGOCIOS EM MADRID, ETC».

Como succede sempre haver duvidas sobre estes melindrosos assuntos, eu aqui fico ás ordens para novas elucidacões, se fôr necessario.

Calhou muito bem a discussão. Exactamente quando estudo a figura de Pimenta de Castro, a quem chamaram «Ditador», pretende-se lançar sobre ele a responsabilidade do crime, que apenas pertence ao sr. dr. Bernardino Machado. A repulsa que o acto motivou é tal, que ninguem o deseja vêr attribuido a seus amigos. Daí a defesa do *Mundo*, lançada sobre o pobre e infeliz general as culpas do delicto praticado pelo rico e feliz dr. Bernardino Machado.

Serão agora capazes de descobrir de algum modo que tudo foi feito com boas intenções, no fim unico de prestigiar a Patria e a Republica, mas se assim o propalarem, sem me convencerem, já se vê, perguntarei, então, se tambem foi esse o motivo que o levou, quando embaixador do Brasil, a deixar partir em paz, o individuo que se lhe apresentara, confessando-se assassino do tenente Soares?

Que sinistra reputação creou este velho tão amavel!

Um projecto de lei sobre o exercito

Uma ideia larga sobre o exercito — Os mancebos e as suas obrigações — Os portuguezes e a força armada — O tributo de sangue e de dinheiro — Considerações de ponderar

O deputado Lourenço Correia Gomes, que é trabalhador, insuspeito de reaccionario, republicano da conspiração e da lucta, tambem tem um projecto de lei encravado na comissão de guerra, da Camara dos Deputados, como se fosse um inimigo das instituições. E' que ele pretende, nesse trabalho — que acabo de lêr — transformar alguns dos aspectos da vida militar entre nós.

Ha tempo ainda — por sinal que foi com se não a tivesse escripto — enviei uma carta ao ministro da guerra, mostrando-lhe a situação de um tipografo da *Batalha*, unico amparo da mãe, velhinha, e obrigado a fazer o serviço militar. E' certo que não póde apresentar a certidão de obito do pai, todavia, a ausencia deste do lar, vem desde a meninice do trabalhador, desde a infancia do proletario. Extenua-se no exercito e se sua mãe póde ainda comer umas desenxabidas sopas, deve-as à tolerancia de alguns officiais bondosos, que deixam de vez em quando uma abertura para o rapaz exercer a sua profissão. Decerto o Americo Olavo, que conheço como um impressionavel ante as desditas, não leu a minha carta. A' sua volta alguns corações de canhão, almas de obuz ou simples culatras de artilharia pesada, devem ter sonogado as letras em que eu tratava do que em França se chama «*Soutiens de famille*».

Um artigo da lei que os protege, garante á familia, em tempo de paz, enquanto eles andam na recruta, uma subvenção. Em cada contingente não podem existir mais de 8 ou 10 rapazes naquelas condições e os que houver a mais serão dispensados do serviço.

No projecto do deputado democratico concede-se-lhes a isenção da taxa militar, porque eles não serão soldados.

Se não houvesse mais nada no trabalho a que me refiro, isto seria suficiente para demonstrar como tem sido uma formidanda injustiça obrigar a marchar, a marcar passo e a limpar a marmita, a excellentes operários, empregados e trabalhadores de toda a especie, unicos sustentáculos de seus lares e que devem detestar as fileiras onde os incorporaram, não para morrerem, mas para deixarem á fome os seus.

Ha no projecto alguma coisa que vem, na realidade, transformar as velhas rodagens dos velhos exercitos.

Deixarão de ser incorporados todos os mancebos que pagarem, durante 3 anos, um escudo diario, mas que nem por isso ficarão ignorantes das praxes, das leis, dos exercicios, das obrigações militares. Durante aquelle periodo, receberão a instrução nas suas freguesias, desde que haja 20 naquelas condições, creando-se as escolas moveis primarias e militares nocturnas, que serão obrigados a frequentar.

Não sei se estão vendo as vantagens deste enunciado, que aos militares de profissão, aos resmungões de quartel—se ainda os ha—poderão parecer atentatorios dos costumes dos antigos exercitos, mas que aos homens modernos, dentro de um país como o nosso, apparecem apenas como beneficios. Primeiro o rendimento da sua quota, que não é, todavia, o mais util; segundo, a possivel extinção do analfabetismo e o terceiro, como o anterior, de uma alta importancia, consiste em aproveitar diariamente, os braços tornados inuteis nos quartéis.

A vida difficilissima desta nação, provem em grande parte da ganancia de alguns capitalistas dominadores e da necessidade do capital trabalho.

O estado fez pessimos amanuenses de bons tipografos, de habilitosos sapateiros, de magnificos artifices de todas as especies, o exercito consome, durante muito tempo, as juventudes precisas para as tarefas. A existencia nas fileiras, hoje quasi que já não os disciplina. As successivas revoluções tem dado aos soldados certo alheamento ante os superiores. Ainda ha pouco, num tribunal de guerra, saíu da bôca de um marujo a synthese de um sentimento critico revelador. Fazia parte do jury o capitão tenente sr. Freitas Ribeiro, um dos tenazes chefes do 14 de maio, e o reu, num impeto, voltando-se para ele, exclamou:

«— V. Ex.^a não tem autoridade para julgar revolucionarios, porque tambem nos arrastou para uma revolução!»

A séria, grave e poderosa disciplina do aquartelamento tem sido assim ferida, quasi retalhada, porque quasi todos os officiaes tem participado da revolta.

O que representava a unica vantagem da permanencia nas fileiras, ante o que se sabe, não é já garantia apreciavel para roubar, a seu favor, os braços uteis ao trabalho, do qual brotarão outras condições de vida.

E quando houver uma necessidade de formar um exercito?

Como naturalmente, todos os anos, se farão manobras e como a instrução das armas especiais será quotidiana, bastará mandar chamar os mancebos aos seus nucleos e entregar-lhes as espingardas, que saberão manejar, coloca-los junto das peças e dos obuzes, dos carros de saúde e de manutenção. O funcionamento de tudo isto estará regulado claramente e, no fim, constatar-se-ha ter-se conseguido uma economia enorme nas somas que o estado destina ao exercito, cobrando-se milhares de contos pelas remissões, daquela forma, e que não inutilisam os mancebos para a vida militar.

Aplicar-se-iam em armamento e em trabalhos de defesa essas verbas consideraveis, garantias de que a nação absolutamente carece, pois não pode ter as suas fronteiras abertas, a sua marinha desmantelada, a sua economia militar ao desbarato. Poder-se-ha, então, tratar mais apuradamente das armas especiais, às quais não faltarão elementos, pois nem todos os portuguezes pagarão um escudo diario, a fim de não servirem

nas fileiras ou nos navios de guerra. E' verdade, tambem, que apenas aos mais pobres caberá a tarefa das fileiras, mas em melhores condições materiais.

Uma outra disposição desse projecto — cuja discussão espero com o interesse alto que a mim provocam estes problemas do fomento da vida nacional precaria e ruim — refere-se aos portuguezes, em idade militar, residentes no estrangeiro. Poderão remir-se, pagando por uma só vez, a taxa militar de tres anos a um escudo diario, o que representa mais de um conto. Prescrute-se a grande colonia do Brazil, a da California, a gente portuguesa que anda espalhada por todo o mundo e dir-me-hão se toda ela não acorrerá a resgatar o seu tributo de sangue, canalizando uma seiva rica — a do seu dinheiro — para a nação desfalecida!

Tudo isto é interessante; naturalmente será modificado num ou noutro ponto, sobretudo em relação aos contingentes, embora limitados, que serão mantidos, porém, é tambem condição especial pô-rse de lado a politica no ensino dos mancebos em idade de serviço das armas e a parcimonia, o bom senso e o patriotismo na applicação das vantajosas receitas.

Julgo, porém, mais facil formar um exercito por aquele modo do que realizar o ultimo dos meu pontos de vista que expuz.

Pombal e as linguas vivas e mortas

A saplencia de "Oeiras,, — Reis britanicos que não sabem pedir um bife — Esclarecimentos e comentarios — O grande engenho pombalino e as execuções — A sua generosidade ante um jesuita

O meu antigo condiscipulo Antonio Ferrão vai fazer à nossa Academia das Sciencias umas communicações relativas ao marquês de Pombal, que eu capitulei, documentadamente, de pupilo dos jesuitas.

Interrogado por um jornalista, aquelle meu velho amigo de tal maneira enalteceu as qualidades do marquês, para diminuir a afirmação, feita por Camilo, de que Sebastião José de Carvalho, ministro em Londres, não sabia inglês, que fiquei boquiaberto ante esta revelação:

«É certo que nesse tempo até os proprios reis da Inglaterra, nomeadamente Guilherme II, coevo de Oeiras, não sabiam inglês.»

Aqui ha um engano que desejo attribuir ao colega do *Diario de Lisboa*, ao entrevistar o meu sapiente colega Ferrão.

Aquele a quem chama, Oeiras, nasceu a 13 de maio de 1699 e morreu em 8 de maio de 1782. O rei da Inglaterra, Guilherme II, o *Ruivo*, reinou aí por 1086, Era filho de Guilherme, o *Bastardo*. Neste tempo ainda do denominado Oeiras não havia sequer ancestrais conhecidos, pois é difficil determinar quais fossem os do padre Sebastião da Mata Escura, seu primeiro bem apurado e certo avoengo. Naturalmente o professor Ferrão referiu-se a Guilherme III que subiu ao trono daquelle país em 1689, quando o famigerado Oeiras ainda levaria 10 anos para nascer, e morreu em 1702, quando aquelle tinha três anos, idade em que não se trata de politica. O rei não sabia inglês? Não acredito. É certo que estamos na presença dum soberano britanico que... nasceu na Holanda. Sua mãe era inglesa e a filha do desventurado Carlos I morto, pelo fanatismo de Cronwel, no cadafalso. Não teria Henriqueta Stuart ensinado a

sua lingua ao filho, tomada de colera ante o suplicio de seu pai? É possível, mas este holandês, que reinou 13 anos em Inglaterra, de certo não levou por diante a teima e, a-pesar da sua origem flamenga, naturalmente não falava neste dialeto aos subditos, embora usasse o latim para as difficuldades officiais. Daqui a não falar inglês vai uma legua de precipicios, que me faz imaginar o pobre soberano a berrar pelos ministros e pelos criados numa aspera soada, que eles não entendiam bem, e me faz calcular as desditas da sua vida de grande monarca conquistador mas de apoucado glossario.

De que lhe valeria o poderio se não poderia jámais comer o classico petisco da patria adoptiva — o bife —, pois não acharia a sua tradução no latim official, que o meu caro Ferrão empresta á sua sapiencia? Como o pediria ele? Ainda se fosse o ovo a comida obrigatoria na Grã-Bretanha, ele talvez procedesse, na forma de o obter, como a tia de Fradique, a qual, se acorava, cacarejava e nunca deixava de ser servida de sua especial iguaria por todos os hotéis, estalagens e pousadas do universo. E a mostarda? Sim, como mandaria arranjar a intraduzivel mostarda, indispensavel ao naco sangrento e britanico?

Eu entrevejo o pobre Guilherme III, rei do País de Gales, da Escocia e da Irlanda, submetida em 1691, a fingir-se doente, a tirar os sinapismos do peito para condimentar o seu bife. Julgo que o sinapismo é dêsse tempo, embora não andasse muito vulgarizado. E para amar? Falaria — a elas, às loirinhas inglesas — num latim de missa funebre e entravante de beijos?

Pois se este não sabia o idioma de seus subditos possuia a unica real bôca do mundo em tais condições. Mas, enfim, pode filiar-se tal afirmativa tambem a engano do jornalista. Sim, seria unico, a-pesar-de se pluralisar, de se dizer: «até os proprios reis de Inglaterra não sabiam falar inglês».

Ara Stuart, a sucessora, amava tanto a sua lingua que até à hora da morte a falou, suplicante e doloridamente, a solicitar que se consentisse na subida ao trono aos de sua casa, mas com um berro, de certo atoador, pois todo o país o ouviu, Jorge I do Hanover encavalou-se no solio. Talvez não soubesse inglês, porque era... um alemão, um Brunswick-Hanover, mas de certo não foi em latim que ele comandou os soldados contra os Jacobitas da Escocia. Morreu na maior impopularidade e o seu filho Jorge II, por mais que me digam, não ignorava o idioma, mesmo com sua origem germanica. Reinava quando Sebastião José de Carvalho esteve em Londres a representar Portugal.

Falariam ambos em latim?

E agora vem a pêlo saber se o futuro marquês de Pombal que escrevia o *bisconde*, etc., e outras pachochadas era profundo conhecedor da lingua mãe?

Acode-me uma revelação súbita ante a importante descoberta da ignorancia dos reis britannicos da lingua do país em que reinavam e isso depõe a favor de Carvalho estranhamente, retumbantemente. Explica o seu insucesso na côrte, a sua ancia de voltar a Portugal, embora para comer a dura brôa de Soure. Ele não se entendia com Jorge II do Hanover. Pudera! Pois se falava inglês e o rei da Inglaterra não atinava sequer com um *goddam!*

Ora aqui está como a muita sabença duma lingua que o monarca do país onde ela é official desconhece, pode prejudicar um diplomata aos olhos da posteridade. Felizmente que o meu velho amigo Ferrão nos revelou essa estupidez dos Hanover e de outros que preferiam o latim à lingua de seus vassallos e quando queriam pedir um *whisky* se viam atrapalhados.

Mas ha mais alguma cousa que de certo não embeleza a memoria de Pombal e que sem duvida encheu de pavor a alma boa do meu velho condiscipulo. É quauda chagou à seguinte declaração:

«— O processo dos Tavoras... Documentos da época, e que descobri, a par de tantos que abrem horisontes a estes estudos, provam que no processo famoso doe Tavoras, o ministro presidente da Suprema Comissão da Junta de Inconfidencia, se não limitava a presidir. Tomou parte activa nos interrogatorios. Dirigiu as «preguntas» feitas aos moços cavalariços, creados da taboa, palafreneiros das casas de Aveiro, de Tavora e de D. José de Mascarenhas. Emfim: um aspecto novo neste processo celebradamente historico.»

Sem duvida era ele quem mandava dar «tratos espertos» quando os servos fieis não respondiam à sua vontade, e, como era muito certo em inglês e noutros idiomas, ordenava aqueles apertos a fim de aprender mais, na sua sêde de esgotar o saber humano. Desejava descobrir as gamas dos gritos dos innocentes torturados. Que queriam estes dizer? Sem duvida amaldiçoá-lo-iam, mas ali não era como em Londres quando o rei lhe aticava frases latinas, morrendo de inanição por ignorar os nomes das comidas e das bebidas na lingua de Milton.

Mas tudo isto, se tem o alto interesse historico de nos mostrar as razões da rude figura do politico na Inglaterra e de nos revelar mais uma faceta da sua furia supliciadora, é para mim apenas motivo de jubilo por vêr como por uma simples elucidação ganham fóros de luminosidade os rapazes do meu tempo.

Ha, porém, um ponto que mais directamente me serviria; um que encheria melhor a minha vontade de tudo saber em relação a essa figura tão mal colocada na Historia dos modernos que o chancelam de liberal, talvez porque foi quem interrogou aos «moços, cavalariços, criados de

taboa, palafreiros, das casas de Aveiro, Tavora e José de Mascarenhas». Esse é o caso a que Ferrão respondeu perante a pergunta do jornalista:

«Dizem alguns historiadores que Sebastião José se entendia e foi mesmo discípulo dos jesuitas. Póde, v. ex.^a, nos seus estudos...» Aqui traslado a resposta do meu amigo da juventude nos corredores lageados daquele Curso Superior de Letras, onde eu era um arruaceiro sem método e ele um aplicado estudante. Ei-la:

«—Não. Pombal foi amigo de alguns jesuitas, que pelo seu saber e valimento lhe podiam ser uteis. Um deles, o confessor da rainha Dona Mariana. Mas não vale profundar este assunto.»

Ainda bem, meu rapaz, ainda bom que não vale profundar!

É melhor ignorar toda a vastidão dos processos pombalinos.

Aqui tenho defronte uma carta para o padre José Moreira, tão humildemente escrita pelo Sebastião José, enviado em Viena, que faz pensar se não seria ele quem mandou prender aquele seu protector, o confessor do rei. O da rainha D. Mariana—a quem deveu seu lugar de ministro de D. José, chamava-se José Ritter e era austriaco. Naturalmente correspondiam-se em latim, pois o padre devia ignorar o português. Também já vi as cartas que lhe dirigiu. O futuro Pombal escrevia-as na sua lingua, porque, mesmo depois de casado com uma Daun, austriaca, não se dirigia ao padre em alemão.

Ou dar-se-ia o caso do jesuita, nascido na Austria, desconhecer a sua lingua, exactamente como sucedia aos reis da Inglaterra, em relação à de seus vassallos?

Não sei... não sei... Com este Pombal tudo são alcapões.

E, assim como o meu bom Ferrão não quere profuadar o assunto da pupilagem do marquês, eu também não me arriscarei a indagar se o jesuita sabia a sua lingua e o diplomata lhe escrevia em português para não o ofuscar.

Agora, digo eu:

Mas não vale profundar, porque ele, sabendo tantas linguas vivas, em todo o caso, preferia vêr as alheias mortas.

O exílio dos moageiros

A "Batalha", e a censura — As razões que assistem aos ricos e aos pobres — Os transformadores sociais — Elucidações precisas — Os meios legais de combate

Paris, doce logar para todos os exilados ricos, alfobre de soberanos destronados, de presidentes de republicas expulsos, de banqueiros e generais vencidos, acaba de juntar à sua população de exues uma tribu de moageiros portugueses aflita e desvairada.

Ao mesmo tempo censura-se, em Lisboa, a *Batalha*, acusando-se de incitadora dos crimes a praticar contra aqueles cidadãos.

Não deviam estar expatriados os moageiros; tampouco se devia censurar a *Batalha*, porque, eu sendo seu leitor fiel, para aturado estudo que ha três anos faço sobre o movimento do proletariado português, não encontro nesse órgão dos trabalhadores cousa alguma que os *Fantoches* não tenham publicado em relação aos exploradores do povo, isto sem o menor reparo dos governos. A *Batalha* não incita ao crime, eu tambem não. Apenas pedi—fui quem começou essa propaganda—um inquerito às fortunas dos moageiros, a analyse de seus reditos, a sua prisão em recinto fechado desde que se encontrasse o delito—isto é, os vertiginosos enriquecimentos em detrimento do povo—, e a condenação no sequestro dos bens e na mobilisação de suas fabricas. Eles deviam ser os primeiros a exigir sindicantes, a fim de comprovarem a honestidade de seus processos. Eu proprio gostaria de me convencer de que a miseria dêste povo, a vida de labuta, os sacrificios feitos por todos nós não teem ido engordar as capitalisações dêsses industriais privilegiados.

Nunca quiz citar nomes dos directores das fabricas, dos quarenta maiores accionistas, dos culpados. Disse-o mais de uma vez. O operariado lê-me e eu poderia contribuir para a acção isolada dum desesperado, as quais são produzidas menos pelo que escrevemos do que pelo abandono dos interesses do povo, a protecção às oligarquias, as inversões do crêdo da democracia.

Supunha-se que os detentores dessas enormes opulencias desejavam contribuir para o bem comum e que um de nós os censurava. Seria possivel qualquer acto contra eles? Não. A consciencia do povo é mais justiceira do que se imagina.

Ha grandes ricos, industriais de alta categoria, por esse mundo alem,

que, sem militarem nos partidos socialistas, como acontece — todavia — com alguns milionários — teem uma noção tão moral dos seus deveres, que jámais deixam de contribuir com parte do rendimento para os seus cooperadores. Outros fundam universidades, bibliotecas, jornais de expansão, honestamente redigidos e de missão educadora, ha ainda os que dedicam sua atenção à puericultura e os que procuram socorrer todas as desditas. Ainda ha dias li num jornal que um dos grandes capitães da industria, em Portugal, aquele a quem cognominam de *Rei da Aguardente*, o sr. Ramiro de Magalhães, ofereceu cincoenta e um contos a um asilo do Porto, e eu, pouco habilitado a semelhantes generosidades, por parte dos opulentos, puz-me a pensar qual seria a verdadeira forma de fazer perdoar aos afortunados a larga acumulação de seus milhões. Fazer bem. Se cada vez que chegasse a possuir uma fortuna de algumas dezenas de milhares de contos, lançasse um piedoso olhar para os infelizes, se houvesse um pouco de carinho para com eles, a terra não sofreria da deshumanidade dos senhores — os dominadores do milhão — e o homem não procuraria numa violencia o gesto para o desafôgo de suas miserias, de suas dôres.

Não ha o direito de se atentar contra uma vida, mesmo que seja a mais pernicioso. O julgamento, a lei, embora tenha que se erriçar de severidade, é o que serve para punir. Só assim. Jámais poderei pensar outra cousa, a não ser que um delirio me conturbe numa hora amarga, num instante de loucura, num momento em que uma profunda injustiça me fira. E quem me diz de que especie são os dramas que se revolvem nos animos dos rebeldes? Todavia, se um dia sentisse que a minha pena poderia incitá-los a taes actos, liquidaria este panfleto e correria para a acção revolucionaria a fim de arrancar justicas legais aos vencedores, direitos e deveres, em vez de chacinas. A minha voz, a minha consciencia, porém, não pode calar-se nem aquietar-se ante os espectaculos desses formidandos ganhões, que não teem em menor conta os humildes, os que durante vidas inteiras foram honrados e os serviram.

Desejaria, neste mesmo instante, que me apontassem a mais simples acção de benemerencia social de qualquer dos exilados voluntários em Paris; asilo, creche, lactario, biblioteca, subsidios para a divulgação de trabalhos scientificos, escolas ou balnearios, casas para pobres, enfim um nadinha que me fizesse sentir como em suas almas vibra alguma ternura para os soffredores desta vida que a natureza — Deus — não fez para uns roubarem e se divertirem com o produto dos seus pecados maximos e para outros serem os seus lacaios, os seus servos, os seus escravos.

Não são os bem-dotados de talentos e virtudes que se encontram melhor colocados, que usufruem as riquezas colossais, que presidem ás sociedades, mas os espertos, os transformadores da vida natural, os fundadores da sub-sociedade, da inversão social, que é baseada na injustiça flagrante, no mal, no egoismo. O que o cristianismo aconselha é a bondade; é ella o que Deus quere. E' ella que a natureza ilumina com seu lampadario de graças, que os homens apagaram, miseravelmente, com maldades e sangue.

É assim; mas como a transformação é lenta pela palayra e será horrivel pelo embate das forças, bom será que os poderosos se lembrem dos desgraçados. Se tivessem tentado qualquer cousa nesse sentido não seria preciso aos moageiros atravessarem as fronteiras, pondo-as entre os explorados e as suas grandes culpas.

Mr. Herriot e os portugueses empresarios da guerra

O olvido duma chacina universal — Os portugueses e a ida para a guerra — As sombras de Jeanne d'Arc e de Napoleão — Para onde se caminha — Os empresarios da guerra e o país

Agora que mr. Herriot — o paladino das esquerdas, em França, — vai tomar o poder eu quero fazer uma pergunta aos paladinos da «Justiça e do Direito» portugueses, aos empresarios da guerra.

— Que me dizem os cidadãos à ligação que mr. Herriot deseja fazer com a Alemanha?

Em nome da Justiça e do Direito, ao que parece postegardos, houve para aí uns individuos, tumultuarios para os quais, fóra das suas ideias, cousa alguma havia de aproveitavel. E' composto por gente rica hoje mesmo riquissima, o molho dos patriotas de então,

Portugal — bradavam eles — deve entrar na guerra, nos campos da da Europa, para não ser sacrificado a uma politica reaccionaria! Tudo quanto lhes cheirava a alemão, desde a cerveja ás *delicatesses*, representava um crime e cada passo de bom conselho, dado em nome da nação era — a seus olhos — desde que não acaudilhasse a ida para a guerra nos campos europeus — um verdadeiro parricidio.

Tenho razões para julgar que os «patriotas» se atocharam de *delicatesses* e de cerveja roubados a bordo dos navios germanicos tomados no Tejo com o unico fim de nos obrigar a dar muito sangue em troca de algumas Legiões de Honra e de alguns milhões de contos de reis para os, então, desguarnecidos bolsos de amigos de aventuras.

A Furness foi a grande mina; os fornecimentos ao exercito um filão, os armamentos doados à Inglaterra uma verdadeira conta corrente de lucros para as fundas sacolas dos caudilhos dessa transação ruinosa.

Os monarchicos — alguns monarchicos — aconselharam a ida para

a guerra contra a Alemanha; os extremistas girandolavam e se é certo que aqueles não partilharam das benesses, dos outros não se pode dizer o mesmo.

Eu sou um grande amigo da França; devo-lhe tudo quanto sei e jamais fui deslial a essa gratidão; vibro num intenso amor por esse povo que me ensinou na sua arte, na sua sciencia e na sua literatura a mais alta expressão da beleza e que me deu os meus melhores fremitos transmitindo-os aos meus vibrantes nervos, em todas as horas da minha acidentada vida. Eles nasceram do espirito com essa nação esplendorosa onde até os assassinos vulgares teem *panache*, essa bela plumaque trazemos, todos nós, os sentimentais, mais na alma do que à vista do publico.

Pois bem, eu seria capaz de me bater pela França individualmente, mas nunca de sacrificar à França o meu país.

Amo tanto esse povo que procurei para companheira de minha vida quem nas suas veias tem sangue francês, e, todavia, não mandaria soterrar, sem condições nem reflexão, os meus compatriotas nas trincheiras francesas.

Os homens que tal fizeram obedeceram a um movél bem diverso do meu. Não lhe entregaram os filhos, não foram para a luta, não se dispuseram a dar-lhe o que podiam, pessoalmente.

Em nome da Justiça e do Direito — como lhe chamavam — ofereceram-lhe o que não era seu: a mocidade, a alma da raça, embrulhada em fardas e o futuro do país.

Eu dizia-lhes. Mas amar a França não é sacrificar-lhe o que temos de mais belo; mas amar a querida França não é levantarmo-nos, sem que nos peçam, contra a Alemanha, que queria dividir com a Inglaterra as nossas colouias, sendo este povo — por uma das suas ardilezas — um eventual «amigo» dos franceses.

Eventual, sim, porque me lembrava de Jeanne d'Arc queimada e de Napoleão encarcerado, porque Faschoda não me esquecera nem tampouco o príncipe imperial nas fileiras britanicas, quando a França foi derrotada em Sèdan.

Aqui está porque iria para a guerra, individualmente, mas jámais enlaçaria o povo português nesse turbilhão de interesses mais capitalistas do que patrióticos.

Os emprezarios e seus caixeiros enriqueceram. Eu continuo a mover esta pena para comer umas magras sopas. E, de repente, numa sacudida de idéas, num panejamento de estranho scenario, são franceses que, num desdem pelo sangue vertido, pelo esforço da sua propria gente, num olvido do odio secular — que vem de Luís XIX e de Bonaparte, da paz de Westphalia e de Wagram — proclamam, em nome duma idéa de democracia, não se dever vingar os mortos, os mutilados, as vitimas da grande guerra!

A Justiça! o Direito! Onde estão eles para os portugueses que foram à guerra, se um democrata francês, um homem do radicalismo e das esquerdas, declara tudo nulo, tudo esquecido, tudo uma matança, que se cobre de terra, como se os duendes não fossem, através da historia, alguma cousa que jámais esquece!

Mas isto é com mr. Herriot e com o povo que ele vai governar.

Comnosco está apenas a razão que nos assistia e está a alma da nação a preguntar:

— Justiça? Direito? Eram negocios? Então imolam uma patria a estas lindas palavras e, no fim, veem os maiores interessados nesse movimento europeu declarar que tudo aquilo — os mortos, as ruinas, as dôres, as amarguras, o belo sangue francês, inglês, belga e português derramados — não contam nas suas combinações politicas?!

Não tenho a honra de pertencer a essa nobre e amada nação que tudo fez para que as suas batalhas representassem o penhor da sua força futura; se o fosse estaria do lado do patriotismo. E cabe-me perguntar a quem infelicitou, a quem sacrificou Portugal, em nome do Direito e da Justiça, se não se penitencia do seu grande, do seu formidavel crime?

De certo não pensam nisso. Estão cheios de dinheiro e de grã-cruzes, os emperezarios da guerra, e, infelizmente, a vida deles será tão curta que não poderão jámais assistir ao fim da vida do povo lançado na fogueira, no fôrno crematorio da sua liquidação.

Dentro em menos de meio seculo, a França, se não reagir, arrepender-se ha da sua politica estranha. Dentro em meio seculo, serão malditas as ossadas dos que meteram Portugal na sinistra aventura que o perderia se não houvesse ainda em alguns portugueses arrôjo para uma acção salvadora.